

EDITAL

LICITAÇÃO

CPLI.«CPLI»

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, com sede à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, realizará licitação, modo fechado presencial, com critério de julgamento pelo maior desconto, em regime de empreitada por preço unitário, regida pela Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016, pelo Regulamento de Contratações da COPASA MG, aprovado pelo Conselho de Administração da COPASA MG, pelo Código de Conduta Ética da COPASA MG, pela Política Anti Corrupção da COPASA MG, pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e pelas disposições deste Edital e seus Anexos, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa para a execução, com fornecimento «FORNEC» de materiais, das obras e serviços de «OBJETO».

CAPÍTULO PRIMEIRO - PRELIMINARES

- 1.1 A Sessão de Recebimento dos Envelopes de nº 01 (Proposta de Preços) e nº 02 (Documentos de Habilitação) e Abertura dos Envelopes de nº 01 (Proposta de Preços), será realizada **às ____:____ horas do dia ____ de _____ de 2019**, na sala de Licitações à Rua Carangola, nº 606 - Térreo, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 1.2 Os envelopes n.º 1, contendo a Proposta de Preços, e n.º 2, contendo a documentação de Habilitação, poderão ser entregues:
 - 1.2.1 Através de portador, na Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços Técnicos - CPLI, à Rua Carangola, 606, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, - Minas Gerais, até 01 hora útil anterior à data marcada no item 1.1.
 - 1.2.2 Diretamente à Comissão de Licitações no início da Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes, no endereço acima descrito, na hora marcada no item 1.1.
- 1.3 As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do contrato social atualizado ou registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.
 - 1.3.1 A representação também poderá ser feita por procurador munido de documentação que comprove a outorga pelo licitante de poderes necessários para a prática dos atos inerentes ao procedimento licitatório, podendo ser (a) instrumento público, (b) instrumento particular ou (c)

carta de credenciamento, conforme modelo constante deste Edital, juntamente com documento que comprove a representação legal e contenha a assinatura do outorgante, além de cópia do documento de identidade do credenciado ou procurador, em todos os casos.

1.3.2 Os interessados que não se credenciarem devidamente como representantes de licitantes poderão participar das sessões, mas não poderão manifestar-se como tal, sendo possível realizar o credenciamento no decorrer do certame.

1.3.3 O credenciado poderá representar apenas um licitante.

1.4 Nenhuma proposta será recebida pela Comissão após o início da abertura do Envelope nº 1 (Proposta de Preços)

1.5 Informações poderão ser solicitadas à CPLI - Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços Técnicos - E-mail: cpli@copasa.com.br.

1.6 Respostas aos esclarecimentos solicitados até o quinto dia útil anterior à data prevista no item 1.1 acima serão divulgadas, exclusivamente, pela Internet, na página da COPASA MG – www.copasa.com.br, posicionando o cursor na palavra “A COPASA” aparecerá aba e selecionar “Licitações e contratos” ou no canto superior direito clicar em “licitações e contratos”, em seguida selecionar o link: “licitações”. Pesquisar pelo número da licitação. Esclarecimento (s), caso haja, estarão com o nome de “Esclarecimento ____”.

1.7 Adiantamentos e alterações, do Edital, serão divulgados da mesma forma, no mesmo endereço acima, além da publicação no Diário Oficial do Estado, jornal “Minas Gerais” e nos demais jornais da publicação inicial, quando for o caso.

CAPÍTULO SEGUNDO - DO OBJETO

2.1 O objetivo da presente Licitação é selecionar, dentre as propostas apresentadas, a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, visando a execução, com fornecimento «FORNEC» de materiais, das obras e serviços de «OBJETO».

CAPÍTULO TERCEIRO – DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES NA COPASA MG

3.1 Não poderão participar desta licitação licitantes:

- I. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COPASA MG;
- II. que esteja cumprindo a pena suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela COPASA MG;
- III. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou

declarada inidônea;

- IV. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VI. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII. que tenha nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII. com a falência decretada;
- IX. concorrentes que apresentem o mesmo responsável técnico (RT);
- X. que possuam endereços idênticos, exceto em situação de coworking devidamente comprovada;
- XI. de um mesmo grupo econômico ou financeiro para projetar, executar e fiscalizar um mesmo empreendimento, mesmo que em contratos distintos.

Aplica-se a vedação prevista no item 3.1:

- I. contratação do próprio empregado ou dirigente da COPASA MG, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da COPASA MG;
 - b) Empregado da COPASA MG cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - c) Autoridade do Estado de Minas Gerais, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.
- III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COPASA MG há menos de 6 (seis) meses.

3.2 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação:

- I. De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o

projeto básico da licitação;

- II. De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;
- III. De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

3.2.2 É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III deste item nesta licitação ou na execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da COPASA MG.

3.2.3 Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.2.4 O disposto neste item aplica-se a empregados da COPASA MG incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados no curso da licitação.

CAPÍTULO QUARTO - DA DOTAÇÃO

4.1 O investimento decorrente desta licitação correrá por conta dos recursos «RECURSO».

CAPÍTULO QUINTO - DOS PRAZOS

5.2 O prazo total, para execução e entrega das obras e serviços especificados, não poderá exceder a «PRAZO» dias consecutivos, contados a partir da data fixada na primeira Ordem de Serviço, obrigando-se a Contratada a observar os prazos parciais constantes das Ordens de Serviço, de acordo com o Cronograma.

5.3 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da data da oferta.

CAPÍTULO SEXTO - DOS PREÇOS

6.1 As licitantes deverão propor um percentual de desconto único que incidirá linearmente sobre todos os itens da Planilha de Orçamento referentes a Obras e Serviços, um dos Anexos deste instrumento;

6.2 O percentual referido não deverá ter mais do que 02 (duas) casas decimais.

6.3 Os Preços Unitários resultarão da aplicação do percentual referido no item 6.1.

6.4 Para a obtenção do Preço Unitário aplicar-se-á o critério de arredondamento

universal quando da ocorrência de frações do centavo.

- 6.5 O Preço Total do item será o resultado da multiplicação do Preço Unitário pelo quantitativo de cada item, registrado nas Planilhas de Orçamento da COPASA MG.
- 6.6 O Valor Total do Orçamento será o resultado da soma dos Valores dos itens da planilha de orçamento.
- 6.7 O Valor Total para execução das obras, serviços e materiais absorve e exaure a totalidade das despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, administração local e central, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, custos financeiros e lucro.
- 6.8 O Valor Total do Orçamento elaborado pela COPASA MG para as Obras e Serviços ora licitados é de **R\$ «VALOR»**. Este é o valor máximo admitido pela COPASA MG para propostas a serem apresentadas.
- 6.9 Para a elaboração de sua proposta a licitante deverá observar, obrigando-se de antemão a cumprir rigorosamente,
- a) A legislação municipal, estadual e federal vigente, em suas exigências e percentuais corretos a serem aplicados para recolhimento de encargos sociais, impostos, taxas, social - trabalhistas, previdenciária, da infortunistica do trabalho, e outras necessárias ao perfeito cumprimento do objeto ora licitado.
 - b) Todas as regras que compõem a Descrição do Serviço, os Critérios de Medição, as Notas Explicativas e Insumos Mínimos para Elaboração das Composições, itens componentes da “Regulamentação de Preços e Critérios de Medição”, quando apresentados pela COPASA MG, bem como outros documentos;
 - c) Todas as exigências contidas no Termo de Referência, nos projetos padrões e específicos (quando houver) e demais documentos anexos a esse Edital.
- 6.9.1 Não será de responsabilidade da COPASA MG a cobertura de quaisquer recolhimentos de importâncias feitas a menor, decorrentes de cálculos de percentuais em desacordo com o estabelecido na legislação e/ou na documentação retro-referida.
- 6.10 A infração de qualquer das recomendações do item 6.9 detectada pela Fiscalização da COPASA MG na execução das obras e serviços dará motivo à retenção do pagamento da medição para correção do equívoco.

CAPÍTULO SÉTIMO - DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

- 7.1 As medições serão elaboradas pela Fiscalização da COPASA MG, mensalmente, e corresponderão às obras e/ou serviços efetivamente executados no período compreendido entre o dia 16 e o dia 15 do mês subsequente, devendo as mesmas ser encaminhadas, impreterivelmente, à Unidade Organizacional responsável pelo pagamento, até o dia 25 do mês da medição, juntamente com suas respectivas notas fiscais e documentação acessória (guias de recolhimento de tributos e declaração do contador).
- 7.2 Os pagamentos devidos à Contratada, como resultado da execução das obras, serviços e fornecimento dos materiais / equipamentos, serão efetuados pela COPASA MG, no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao do fechamento das medições, através de crédito em conta corrente, que deverá ser aberta, pela Contratada.
- 7.3 Os critérios e condições de reajustamento, quando este for aplicável, encontram-se previstos na minuta de contrato anexa.
- 7.4 Sobre os pagamentos realizados após o prazo previsto incidirão juros de mora de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês), “pro-rata-die”, conforme a expressão:

$$DF = VF \times [(1,005)^{n/30} - 1] \quad \text{onde:}$$

DF = Despesa Financeira;

VF = Valor da Fatura;

n = Número de dias corridos em atraso decorridos entre a data do vencimento da obrigação contratual e a data do efetivo pagamento.

CAPÍTULO OITAVO - DA GARANTIA

- 8.1 Para garantia da execução do Contrato a empresa vencedora da licitação deverá prestar uma caução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- 8.1.1 A caução para Garantia do Contrato deverá ter o prazo de 60 (sessenta) dias além do prazo de vigência do mesmo.
- 8.1.2 A caução de garantia do contrato acompanhará os eventuais ajustes do valor e do prazo contratual, devendo ser complementada pela Contratada, quando da celebração de Termos Aditivos ao contrato original.
- 8.1.3 A caução de garantia de Contrato será devolvida 30 (trinta) dias após a emissão, pela COPASA MG, do “Termo de Recebimento Definitivo de Obras / Serviços”.
- 8.2 A caução para garantia do Contrato, poderá ser feita numa das seguintes modalidades, a critério da licitante:
- Caução em moeda corrente;

- Seguro Garantia;
- Fiança Bancária, prestada por entidade financeira, com expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.3 A caução para garantia da execução do contrato deverá ser prestada na Tesouraria da COPASA MG antes da emissão da Primeira Ordem de Serviços.

8.4 As cauções, quando prestadas em moeda corrente, serão devolvidas corrigidas monetariamente.

8.5 As cauções, para garantia do Contrato, prestadas na modalidade de seguro garantia deverão vir acompanhadas da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice.

8.6 Caso a Seguradora venha a perder a condição de funcionamento regular junto à SUSEP, durante a execução do contrato, é obrigação da Contratada substituir a apólice original por igual documento de outra seguradora ou por outra modalidade de garantia de contrato.

8.7 A devolução da caução não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

CAPÍTULO NONO - DA PROPOSTA COMERCIAL (DE PREÇOS)

9.1 A Proposta Comercial (de Preços) deverá ser apresentada no Envelope nº 1, fechado, endereçado à Comissão de Licitações, constando em sua parte externa frontal:

À

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

EDITAL CPLI. EDITAL CPLI. «CPLI»

OBJETO:

EMPRESA:

ENDEREÇO / TELEFONE:

**ENVELOPE Nº 1
PROPOSTA DE PREÇOS**

9.2 O envelope nº 1 deverá conter:

- a) Declaração conforme Anexo VI – Declaração de não haver impedimento a participação na licitação;
- b) Proposta Comercial (de Preços) que deverá ser apresentada datilografada ou impressa em impressoras gráficas ou laser, em 01 (uma) via, segundo modelo integrante deste Edital, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

9.2.1 Em se tratando de Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPPs) e desejando, esta, se beneficiar do tratamento diferenciado,

deverá anexar documento que comprove seu enquadramento nesta condição e, ainda, apresentar declaração conforme Anexo VII deste Edital.

9.2.2 Não sendo inserido o documento que comprove a condição de Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno porte ou a declaração conforme Anexo VII, não será concedido à licitante o tratamento diferenciado previsto no Edital e na Lei Federal 123/06.

9.2.3 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

9.2.4 A comissão poderá diligenciar junto ao Cadastro de Fornecedores da COPASA MG a condição prevista na letra “A” acima, dentre outras.

CAPÍTULO DÉCIMO – DA HABILITAÇÃO

10.1 Poderão participar desta Licitação empresas qualificadas para a execução de obras e serviços similares aos da presente licitação.

10.2 Serão consideradas propostas apresentadas por consórcio.

10.3 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no Envelope nº 2, os documentos relacionados no Anexo I, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

10.4 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da COPASA MG, contado do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.1 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no caput deste artigo, implicará na inabilitação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento, devendo a COPASA MG convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a análise de sua habilitação e prosseguimento do certame.

10.5 A Licitante deverá apresentar o Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação), fechado, com os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:

À

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG

EDITAL CPLI.«CPLI»
OBJETO:
EMPRESA:
ENDEREÇO / TELEFONE

ENVELOPE Nº 2
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.6 O Envelope nº 2 deverá conter toda a documentação relacionada no Anexo I, integrante deste Edital.
- 10.7 A critério da Comissão de Licitações poderão ser exigidos das empresas licitantes os originais dos documentos que forem apresentados no Envelope nº 2 sob a forma de reproduções xerográficas, os quais serão devolvidos após exame e conferência.
- 10.8 A falta de qualquer dos documentos, ou sua apresentação em desacordo com o presente Edital, implicará na inabilitação da licitante.

CAPÍTULO DÉCIMO-PRIMEIRO - DO PROCEDIMENTO - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

- 11.1 No dia, hora e local designados, com a participação dos membros da Comissão de Licitações, será realizado o Credenciamento dos participantes e a Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes nº 1 e 2, na presença dos representantes das licitantes que se interessarem, munidos dos respectivos credenciamentos, de acordo com a seguinte rotina:
- a) Recebimento das Cartas de Credenciamento dos representantes das empresas participantes e dos Envelopes nº 1 e 2:
 - a.1 O credenciamento do representante se fará, nos termos do Capítulo Primeiro – Preliminares.
 - b) Abertura dos envelopes nº 1 – Proposta Comercial, para análise e classificação das propostas comerciais;
 - c) Confirmada a proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a Comissão negociará condições mais vantajosas com quem a apresentou;
 - d) Abertura do Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação, da licitante que ofertou a melhor proposta;
 - e) Estando a documentação de habilitação, da empresa que ofertou a melhor proposta, de acordo com o disposto no Edital, será adjudicado a mesma o objeto da contratação.

- f) Em caso de inabilitação da licitante que ofertou a melhor proposta os procedimentos previstos nas letras “d” e “e” serão aplicados às demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas comerciais.
- 11.2 Apenas um representante de cada empresa, devidamente credenciado, será admitido a manifestar-se durante a Sessão.
- 11.3 Não será admitida, sob qualquer pretexto, a modificação ou substituição de qualquer documento constante dos Envelopes nº 1 e/ou 2 após a sua entrega à Comissão de Licitações.
- 11.4 Após definido a licitante vencedora do certame, os demais Envelopes nº 2 – Documentos de Habilitação serão devolvidos aos representantes presentes à sessão ou, na ausência deste, ficarão à disposição das respectivas licitantes, para retirada dos Envelopes, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, no endereço constante do item 1.1 deste Edital, após este prazo os Envelopes serão inutilizados.
- 11.5 Ao final dos trabalhos será lavrada ata circunstanciada da Sessão, subscrita pelos membros da Comissão e pelas licitantes ou seus procuradores presentes, da qual deverão constar a data, local da Sessão, nomes dos membros da Comissão, nome das Licitantes que tiveram suas propostas comerciais classificadas ou desclassificadas, menção dos motivos de eventuais desclassificações de propostas ou inabilitações de licitantes, valores totais das propostas, condições apresentadas e quaisquer ocorrências que interessarem ao julgamento das propostas e dos documentos de habilitação.
- 11.6 A decisão relativa à classificação das propostas e habilitação de licitantes será comunicada diretamente pela Comissão durante a Sessão, valendo como intimação das partes a subscrição da ata, desde que presentes todos os participantes.
- 11.7 Na hipótese de não estarem presentes à sessão todos os participantes, esses serão intimados da decisão quanto à classificação das propostas e habilitação de licitantes pela publicação do ato na Imprensa Oficial, para efeito de possível interposição de Recurso Administrativo.

CAPÍTULO DÉCIMO-SEGUNDO - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1 A Comissão verificará se as propostas atendem às condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos, desclassificando as que não satisfizerem às exigências no todo ou em parte.
- 12.2 Serão desclassificadas as propostas que:
- a) contenham vícios insanáveis;

b) Apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis, ou seja, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela COPASA MG ou
- Valor orçado pela COPASA MG.

12.3 O Preço Total das propostas será obtido segundo os critérios constantes do Capítulo Sexto.

12.4 As propostas, que atenderem às condições previstas neste Edital e seus Anexos, serão ordenadas e classificadas em ordem crescente, segundo os Preços Totais propostos.

12.5 A Comissão verificará e decidirá pela proposta mais vantajosa que será a que atender as condições do Edital e obter o MENOR PREÇO TOTAL.

12.6 Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

- I - Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;
- IV - Sorteio.

12.7 Julgamento nos casos de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Federal 123/06:

- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- b) Para efeito do disposto na alínea “a” acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - b.1) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - b.2) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da letra “b.1” acima, serão convocadas as

remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista na alínea “a” acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- b.3) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos na alínea “a” acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- b.4) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos na alínea “b.1”, “b.2” ou “b.3” acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO DÉCIMO-TERCEIRO - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1 Da decisão da Comissão Permanente de Licitações que classificar ou desclassificar propostas e habilitação ou inhabilitar licitantes caberá recurso único no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação do ato, que poderá ser feito na própria sessão ou via publicação no jornal “Minas Gerais”. Findo o prazo recursal será automaticamente iniciado igual prazo para a apresentação das contrarrazões.
- 13.2 Os Recursos Administrativos as contrarrazões, bem como as impugnações, poderão ser entregues diretamente na COPASA MG - CPLI - Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços Técnicos, à Rua Carangola, 606, Térreo, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 8:30 às 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis ou poderão ser interpostos via email: cpli@copasa.com.br.
- 13.3 O prazo para qualquer pessoa impugnar o edital de licitação é de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, previsto no item 1.1 deste Edital.

CAPÍTULO DÉCIMO-QUARTO - DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 Havendo renúncia dos presentes a Sessão prevista no item 1.1 deste Edital, ou transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo de licitação será encaminhado pela Comissão Permanente de Licitações ao Diretor Demandante e à Diretora Presidente da COPASA MG, para apreciação e homologação.
- 14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação, será feita a divulgação do ato homologatório na página da COPASA MG, na internet.

CAPÍTULO DÉCIMO-QUINTO - DAS SANÇÕES

- 15.1 A recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido conforme Capítulo Décimo-Sexto caracterizará o descumprimento total da obrigação, ocasionando a suspensão do direito de licitar e contratar com a COPASA MG pelo prazo de 01 (um) ano, mediante instauração do competente processo administrativo punitivo, bem como de indenização à COPASA MG do acréscimo de custo decorrente da realização de nova licitação, se for o caso.
- 15.2 A licitante ou a empresa contratada que deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, bem como deixar de cumprir os prazos parciais ou total para execução das obras e serviços estabelecidos no contrato e nos seus anexos, ficará sujeita às seguintes sanções:
- a) Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta da Contratada sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção,
 - b) Multa:
 - b.1) em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
 - b.2) em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da Licitante, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
 - b.3) pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, multa correspondente a 5% do valor do contrato;
 - b.4) no caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre a parcela não executada;
 - b.5) no caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do contrato;
 - b.6) nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre a parcela não executada no prazo pactuado.
 - c) Suspensão do direito de licitar e contratar com a COPASA MG, por prazo a ser fixado por sua Diretoria, limitado ao prazo máximo de 02 (dois) anos.
- 15.2.1 O não pagamento da (s) multa (s) aplicada (s) importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a COPASA MG, por até 02 (dois) anos.

CAPÍTULO DÉCIMO-SEXTO - DO CONTRATO

- 16.1 A contratação das obras e serviços ora licitados será feita mediante instrumento hábil.
- 16.2 A adjudicatária deverá assinar o contrato com a COPASA MG em até 03 (três) dias úteis após convocação da COPASA MG, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas na Lei e no presente Edital. O presente prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação formal da adjudicatária. No caso da vencedora ser um Consórcio o prazo para assinar o contrato será de até 30 (trinta) dias após convocação da COPASA MG, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas na Lei e no presente Edital. O presente prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação formal da adjudicatária.
- 16.3 O contrato será assinado pelo (s) representante (s) legal (is) da adjudicatária de acordo com o constante do documento de constituição da empresa, cujos nomes constarão, obrigatoriamente, da proposta comercial (De preços).
- 16.4 Para assinatura do Contrato, no caso de Consórcio, deverá ser apresentado documento de sua constituição devidamente registrado em cartório, bem como o C.N.P.J. do Consórcio.
- 16.5 Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS e o FGTS.
- 16.6 A comprovação a que se refere o item 16.5 se fará mediante a apresentação do original ou cópia autenticada em cartório do Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e da apresentação de Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS dentro do seu prazo de validade. Caso a empresa esteja com seu Cadastro na COPASA MG em dia, na data de assinatura do contrato, fica dispensada de apresentar os referidos documentos.
- 16.7 Na hipótese de se fazer representar, o procurador deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato, o competente instrumento de mandato (Procuração) do qual conste expressamente poderes para assinar o contrato em nome da empresa outorgante, o qual será anexado ao instrumento contratual.
- 16.8 Uma vez assinado pela empresa adjudicatária, o instrumento contratual será encaminhado para assinatura dos representantes da COPASA MG, datado e registrado na Procuradoria Jurídica.

CAPÍTULO DÉCIMO-SÉTIMO - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 Integram o presente Edital, como seus anexos, os seguintes documentos:
- a) Minuta de Contrato;

- b) Modelo de Credenciamento;
 - c) Modelo para formular Proposta;
 - d) Anexo I - Documentação para habilitação;
 - e) Anexo II - Relação de Contas Bancárias da COPASA MG;
 - f) Anexo III - Planilha de Cálculo da Situação Financeira da empresa;
 - g) Anexo IV - Declaração para Comprovação de Saldo Contratual e ausência de saldo contratual;
 - h) Anexo V - Relação de Projetos;
 - i) Anexo VI - Declaração de não haver impedimento a participação na licitação;
 - j) Anexo VII – Declaração de Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPPs);
 - k) Termo de Referência;
 - l) Matriz de riscos;
 - m) Normas de Segurança do Trabalho;
 - n) Planilha de Orçamento com Preços.
- 17.2 As interessadas poderão designar engenheiro ou Arquiteto para efetuar visita técnica, para conhecimento das obras e serviços a serem executados. Para acompanhamento da visita técnica, fornecimento de informações e prestação de esclarecimentos porventura solicitados pelos interessados, estará disponível, o Sr. _____ ou outro empregado da COPASA MG, do dia ____ de _____ de 2019 ao dia ____ de _____ de 2019. O agendamento da visita poderá ser feito pelo e-mail: _____@copasa.com.br ou pelo telefone -----. A visita será realizada na Rua/Avenida _____, nr.: ____, Bairro _____, Cidade ----- / MG.
- 17.3 As licitantes se obrigam a examinar cuidadosamente todos os documentos constantes do arquivo zipado que foi feito download, não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento dos seus termos.
- 17.4 Fica reservado ao Diretor da área demandante da licitação e do Diretor Presidente da COPASA MG o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Belo Horizonte / MG, «DATAINI»

Mauricio Gonçalves Soares
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPLI



Edital obra modo fechado presencial 1 desconto
(MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA)

À
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA MG
BELO HORIZONTE - MG

A _____ com sede à _____
_____ C.N.P.J. nº _____ vem apresentar sua
proposta para a execução

Declara estar de acordo com os termos do Edital **CPLI.CPLI.**_____/____ e na
eventualidade de ser considerada vencedora da presente Licitação, indica para
assinatura do Contrato o (s) seu (s) representante (s) legal (ais) Sr. _____
_____.

Propomos o desconto linear de ____ % (_____ por cento) a incidir sobre
os Preços Unitários da Planilha de Obras e Serviços, anexa ao presente Edital.

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(NOME COMPLETO PARA IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE E ASSINATURA)